

## NOVIDADES E VELHARIAS

**\*Roberto Rodrigues**

Aos poucos a Presidente da República vai colocando o dedo nas principais feridas que constituem o famigerado Custo Brasil, fator que sempre limitou a competitividade dos produtos nacionais.

Mexeu nas taxas de juros, levando o Banco da Brasil e a Caixa Econômica Federal a reduzirem as suas, servindo de baliza para os bancos privados; começou a reduzir tributos, tanto da folha de pagamentos de empresas de setores selecionados quanto da energia; fez parceria com a área privada para, finalmente, investir em infraestrutura, com prioridade para ferrovias, rodovias e aeroportos (os portos virão depois); fala em flexibilizar a legislação trabalhista; procura melhorar a qualidade dos serviços públicos essenciais, como telefonia e planos de saúde, etc.

São todos temas de grande importância que governos anteriores não olharam com a necessária prioridade, o que representou significativas perdas de oportunidades em mercados internacionais e o encarecimento de produtos no mercado interno.

Demorou? Sim, claro! E é claro também que os resultados ainda demorarão, sobretudo os investimentos em infraestrutura e logística que terão um longo tempo para maturação. Mas pelo menos estamos andando para a frente.

O Código Florestal finalmente entra em vigor e, mesmo com os vetos presidenciais e com as conhecidas dificuldades para sua implementação, traz certa tranquilidade ao campo, uma vez que os produtores poderão se organizar para ficar dentro da lei.

Em resumo, existem avanços, aos trancos e barrancos, mas existem.

No entanto, algumas questões centrais ainda estão brecando o desenvolvimento do agro do Brasil. O velho fantasma da estabilidade de renda continua assombrando o campo: o seguro agrícola não deslancha (a seca americana recente não trouxe prejuízos maiores aos agricultores atingidos: receberão do seguro boa parte do que perderam com a quebra de produção). As reformas do Crédito Rural também demoram, e as propostas de crédito rotativo, de homogeneização das taxas cartorárias, de harmonização das regras - independente da fonte financiadora -, ficam sem solução; a compra de terras por estrangeiros não resolvida manda embora bilhões de dólares que viriam ao Brasil. Questões recorrentes se acumulam sem solução, como é o caso do registro de novas moléculas de defensivos agrícolas pela Anvisa, a lentidão das licenças ambientais ou a burocracia que atrasa programas formidáveis como o ABC, apesar de todo o esforço do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Isso sem falar em coisas ainda mais complexas, como a pouca agressividade em comércio exterior, com todos os ovos na Rodada de Doha, sem acordos bilaterais; a defesa sanitária, que reluta em eliminar a aftosa da América do Sul toda; a necessária ampliação de recursos para inovação e desenvolvimento

tecnológico, alavanca básica da competitividade. Setores formidáveis seguem sem estratégia, como é o trágico exemplo da agroenergia, que de exportador se transformou na vergonhosa condição de importador de etanol de milho americano, quando bastam três decisões políticas óbvias: reequilibrar os preços da gasolina (devolvendo à Petrobras a condição de empresa lucrativa), acertar a carga tributária do etanol e desburocratizar o crédito para investimentos.

Em suma, ações positivas existem, mas não há uma coordenação entre elas, não parece haver uma visão de conjunto definindo uma linha harmoniosa de medidas. Isso assusta, e lembra certo país vizinho que vem construindo um castelo de cartas em sua economia...

**\* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV e Embaixador da FAO para o Ano Internacional do Cooperativismo**